

COIMBRA • 2017

62

BOLETIM DE

**ESTUDOS
CLÁSSICOS**

ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA
DE ESTUDOS
CLÁSSICOS

INSTITUTO
DE ESTUDOS
CLÁSSICOS

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

NOTAS SOBRE TROPAS AUXILIARES ROMANAS NO ORIENTE. LUSITANOS E DROMEDÁRIOS

NOTES ON ROMAN AUXILIARY FORCES IN THE EAST. LUSITANIANS AND DROMEDARIES

VASCO GIL MANTAS

CECH - UNIVERSIDADE DE COIMBRA

vsmantas@gmail.com

ORCID.ORG/0000-0002-6109-4958

ARTIGO RECEBIDO A 02-06-2017 E APROVADO A 26-06-2017

95

Resumo: As forças auxiliares do exército imperial romano têm despertado o interesse dos investigadores e sobre elas existem numerosos estudos. Neste artigo procuramos ilustrar a presença de uma dessas forças, a *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata*, bem documentada no Egípto, tratando igualmente do dispositivo romano na região, das funções destas unidades, ilustradas por trabalhos arqueológicos recentes, e da utilização de dromedários por algumas delas.

Palavras-chave: Exército romano; Auxília; Lusitânia; Egípto; Dromedários.

Abstract: The auxiliary forces of the imperial Roman army have raised considerable interest and numerous studies exist on this topic. In this paper we aim at illustrating the presence of one such force, the *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata*, well documented in Egypt. We also address the Roman military in the region, functions

of these units, as illustrated by recent archaeological studies, and the use of dromedaries by some of them.

Keywords: Roman army; Auxilia; Lusitania; Egypt; Dromedaries.

Há sessenta anos Antonio García y Bellido publicou um artigo que pode ser considerado ponto de partida para a moderna investigação peninsular sobre as tropas auxiliares hispânicas do exército imperial romano¹, surgindo depois outros, do mesmo autor e de Narciso Santos Yanguas, exclusivamente consagrados às coortes lusitanas, ainda muito úteis para o tema que nos ocupa². A diversidade existente no mundo romano evidencia-se nos mais diversos campos, nomeadamente através das soluções encontradas para garantir a segurança do território, recorrendo a práticas de recrutamento que serviam, sob o Império, para reforçar a integração dos provinciais³. É quase um lugar-comum sublinhar a mobilidade garantida pela situação de paz estabelecida com o advento do Principado e que, durante muitas décadas, conferiu excepcional estabilidade a um corpo político heterogéneo, mas fortemente centralizado e organizado em torno da romanidade e dos seus valores⁴. O êxito da ideia imperial, entendida como uma comunidade de destino, correspondeu, na sua *Belle Époque* e de forma razoavelmente optimista, ao que Pierre Grimal considerou uma federação de cidades e que Élio Aristides descreveu como a feliz hegemonia romana⁵.

Como é sabido, a violência é um fenómeno de todos os tempos, com ou sem globalização, pelo que a tranquilidade e as mais-valias da *pax romana* só foram possíveis através da manutenção de um eficiente dispositivo militar, desde muito cedo aberto à participação dos provinciais, quer nas legiões, quer nas tropas auxiliares, circunstância que o repúdio

1 García y Bellido 1957: 23-49.

2 García y Bellido 1966: 157-172; Santos Yanguas 1979: 171-202.

3 Le Roux 1982: 93-96, 335-340.

4 Mantas 2013: 9-38.

5 Grimal 1989: 261-273; Fontanella 2008 : 203-216.

do serviço militar pelos italianos, tornado evidente logo nos primeiros tempos do Império, conduziu a uma situação de quase paridade entre as 28 legiões em armas durante o Alto Império e os efectivos auxiliares que completavam as forças imperiais⁶. A ordem de batalha destas forças, que representavam a parte mais significativa das despesas públicas⁷, ganhou uma certa estabilidade ao longo do século I, dispersas pelas fronteiras mais problemáticas ou estabelecidas em áreas consideradas mais sensíveis. Os territórios orientais do Império, onde em parte o *Limes* corria por espaços desertos, desprovido de outras defesas naturais, ou vizinho de populações turbulentas, menos afeitas ao domínio romano, absorveram grande parte das forças disponíveis, legionárias e auxiliares.

Com efeito, no Oriente, os romanos defrontavam o único grande Estado capaz de contrariar a sua presença com eficácia, como era o Império Parta, antecedente do Império Sassânida, que o substituiu por meados do século III. Ao mesmo tempo, por razões étnicas e culturais, algumas das regiões orientais do Império, como a Judeia e o Egipto, representavam áreas exigindo vigilância, aqui por razões de ordem interna. À morte de Adriano, em 138, a fronteira oriental, entre o Mar Negro e o Mar Vermelho, contava com um total de nove legiões⁸, em tempo de paz, a que devemos acrescentar numerosos corpos auxiliares de infantaria e cavalaria, esta particularmente necessária considerando o principal inimigo a enfrentar, muito forte no combate montado. No total, sem perigo de erro significativo, é possível atribuir ao dispositivo romano cerca de 100000 homens, além dos efectivos das frotas estacionadas permanentemente em Trebizonda, Selêucia, na Síria, e em Alexandria. Quer isto dizer que perto de um terço das forças do Império estavam atribuídas ao cenário oriental, cabendo-lhes, para

6 Haynes 2013: 31-94.

7 Bohac 1990: 227-228; McLaughlin 2014: 230-233.

8 Petit 1967: 385.

além das actividades especificamente militares, missões administrativas e de policiamento.

Uma parte importante destas forças ocupava os fortes e fortins que controlavam o *Limes*, os quais deviam permitir as relações comerciais e garantir a vigilância e a defesa avançada da área situada aquém da zona fronteira, fortemente patrulhada, em parte por tropas locais, como aconteceu durante o século II com os archeiros montados de Palmira. Trajano anexou o Reino Nabateu, nos limites da Arábia, e edificou um cordão de fortes na linha Chaboras-Singara, na Alta Mesopotâmia, apoiados por uma estrada militar, modelo que virá a ser seguido por outros imperadores. Desta estrada e de outras, como a *Via Nova Traiana*, entre Bosra e Ácaba, restam ainda hoje vestígios evidentes, assim como de muitas das fortificações do *Limes*⁹. A vigilância era garantida por patrulhas montadas, a partir das estradas fronteiriças, verificando-se um notável desenvolvimento do uso da cavalaria, de acordo com a exigência de mobilidade e rapidez que o sector e a ameaça exigiam, não faltando, como veremos, unidades dispostas de dromedários.

98

O sector egípcio era mais tranquilo, mas não menos importante, por várias razões. Desde logo por se tratar de uma possessão do imperador, politicamente considerado sucessor dos Lágidas, depois por constituir o grande celeiro de Roma, cujo abastecimento em cereais dependia em larga medida do trigo egípcio, enviado regularmente pela grande frota anonária de Alexandria¹⁰. Finalmente, se o perigo fronteiriço não era particularmente significativo e a pacificação permitira a presença de uma única legião depois do governo de Adriano, apoiada por um número relativamente limitado de corpos auxiliares, a cidade de Alexandria, enorme e turbulenta megalópole, exigia permanente vigilância. Não esqueçamos também que no Egipto se situavam alguns dos principais portos das rotas comerciais do Mar Vermelho em direcção

9 Parker 1991: 498-511; Wheeler 2007: 235-266.

10 Casson 1995: 297-299.

ao Índico¹¹. Parte das forças auxiliares estacionadas no Egito, como veremos, destinava-se em primeiro lugar a garantir a segurança das vias e pistas que, através do deserto, uniam os portos ao vale do Nilo (Fig.1). Uma dessas unidades era a *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum*, que alguns documentos referem apenas como *Cohors I Lusitanorum*¹².

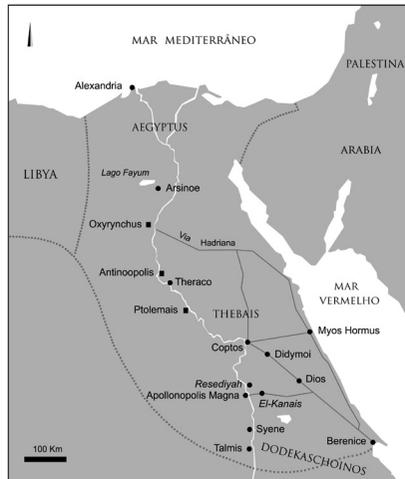


Fig. 1

As forças auxiliares lusitanas, ou como tal designadas, são bem conhecidas e têm merecido numerosos estudos, largamente apoiados na epigrafia, ainda que com frequência pouco mais se conheça além da sua existência e estacionamento num ou noutro cenário. O recurso a forças auxiliares de características étnicas surgiu muito cedo em Roma, sobretudo quando era necessário recorrer a capacidades específicas, menos presentes nas forças legionárias, como era o caso da cavalaria e dos arqueiros. As unidades lusitanas contam com os dois tipos de forças, *alae* de cavalaria e *cohortes* de infantaria. Estas últimas podiam contar com um esquadrão de cavalaria que, quando se tratava de uma *Cohors*

11 Pina Polo 2010: 101-113; Brun 2015: 487-505.

12 Roldán Hervás 1974: 64-70; Francisco Martín 1996: 144-148.

Quingenaria, com um efectivo teórico de 500 homens, representava pouco menos de um terço dos combatentes. Nestes casos estas *Cohortes* eram designadas *Equitatae*¹³, embora as fontes nem sempre sejam explícitas, inclusive em documentos oficiais.

A maior parte das unidades auxiliares constituídas na Lusitânia, por vezes mistas do ponto de vista do recrutamento inicial, terão sido de infantaria, não se conhecendo nenhuma *Ala* de cavalaria, contrariamente ao que sucede com o recrutamento vetónico, talvez mais apto à milícia equestre do que os infantes lusitanos¹⁴. Mas não só as *cohortes* podiam incluir cavalaria, como vimos, como o recrutamento na Lusitânia permitia reunir na mesma unidade homens da Lusitânia e da Vetónia, administrativamente incluídos na província lusitana. Talvez esta circunstância permita resolver o problema da pretendida guarnição na área da *Civitas Igaeditanorum* (Idanha-a-Velha), defendida por uns, negada por outros. Embora a presença de importantes minas na região sugira, como noutros coutos mineiros peninsulares, a presença de tropas para garantir a segurança na zona, a verdade é que, apesar do testemunho de uma epígrafe de Cória referindo uma *Ala I*, a qual, de acordo com Francisco Martín será a mesma *Ala I Singulariorum Civium Romanorum*, indicada na inscrição de Idanha-a-Velha¹⁵, a coincidência poderá apenas reflectir o recrutamento desta unidade de cavalaria na mesma zona, hoje dividida pela fronteira luso-espanhola.

Talvez mais interessante para o assunto que nos interessa seja o achado, no Fundão¹⁶, da inscrição consagrada à deusa Vitória (*Viqtoria*) por um *signifer* da *Cohors II Lusitanorum* (Fig.2), unidade que sabemos ter estacionado no Oriente¹⁷, onde uma epígrafe do ano 109 a situa no

13 Davies 1971: 751-763.

14 Le Roux 1982: 277.

15 Le Roux 1982: 225; Francisco Martín 1996 : 156.

16 O monumento será proveniente de Idanha-a-Velha, como outros do mesmo militar.

17 Le Roux 1982: 192; Francisco Martín 1996 : 145.

Egipto (CIL III 13582), talvez depois de uma passagem pela Dalmácia (CIL III 8733).



Fig. 2

Seja como for, e considerando a limitada amostra disponível, podemos concluir que a maioria das unidades auxiliares constituídas na Hispânia não foram empregues no Oriente, identificando-se maioritariamente nas províncias ocidentais¹⁸, e que parte dos recrutados serviu em unidades estabelecidas na Península, muitas vezes sem qualquer ligação étnica com a denominação oficial da unidade. Parece certo que, com o passar do tempo, mesmo as unidades que ostentavam um etnónimo, prática cuja regra suscita ainda hesitações quanto ao princípio observado¹⁹, incluíam homens de várias origens, o que provavelmente levou ao desenvolvimento da designação genérica de *Hispanorum* para as unidades auxiliares²⁰. Com efeito, das 23 *Cohortes Hispanorum* conhecidas, verifica-se que quatro são do período júlio-cláudio, quando ainda predomina a designação étnica específica, cinco são flavianas e catorze

18 Bagnal 1976: 21; Le Roux 1982 : 274-277.

19 Beltrán Lloris 2015: 59.

20 Santos Yanguas 1979: 173.

remontam à época de Trajano e Adriano²¹, o que permite acompanhar o desenvolvimento da tendência generalista.

Esta realidade provincial alargou-se, levando a que unidades que mantiveram denominações de tipo étnico acabassem por perder qualquer relação com o povo ou a província de que receberam o cognome, uma vez que o recrutamento no local do estacionamento passou a ser de regra, em parte por razões práticas²², facilitando o recurso a tropas conhecedoras do ambiente e bem adaptadas ao mesmo, muito conveniente nas zonas de estepe e deserto do Oriente, como sucedeu com os *numerii* de Palmira, que encontramos, por isso, presentes entre as forças auxiliares destacadas no Egipto²³. Recordamos que parte dos *auxilia* mais antigos foram recrutados directamente entre as tropas dos reinos aliados ou vassalos do Oriente e de África, à medida que estes foram sendo anexados durante o Alto Império²⁴. Esta prática favorável ao recrutamento local acabou por ter consequências sociais negativas sobre os auxiliares, cujos filhos perderam a naturalização automática a partir do governo de Antonino Pio, situação particularmente gravosa no Egipto, onde os naturais tinham particular dificuldade em obter a cidadania²⁵.

Ainda a propósito da denominação destas ubíquas unidades militares Kennedy, seguindo uma ideia de G. L. Cheesman, sublinhou o facto de as referências geográficas indicarem não tanto a origem étnica inicial da unidade mas apenas o resultado de uma longa permanência em determinada região, considerando bom exemplo deste caso a *Cohors I Lusitanorum Cyrenaica*, destacada em África eventualmente logo no principado de Augusto, antes de passar à Mésia e Dácia²⁶. Na verdade,

21 Francisco Martín 1996: 148.

22 Santos Yanguas 1979: 202.

23 Schwartz 1976: 139-151.

24 Braund 1988: 69-96.

25 Nesselhauf 1959: 434-442.

26 Kennedy 1977: 249-255; Roxan 1997: 292.

ainda hoje tal situação se verifica com alguma frequência, como exemplifica o nosso Regimento de Cavalaria 3, aquartelado em Estremoz, que continua a manter a designação honorífica de *Drações de Olivença*, praça alentejana de onde saiu em 1801.

As unidades auxiliares originárias da Lusitânia foram seguramente mais numerosas do que as que se conhecem actualmente²⁷, o que é logo comprovado pelos saltos existentes na numeração das mesmas. O desenvolvimento de um processo de uniformização do armamento e das tácticas, com salvaguarda de algumas unidades que mantiveram uma especialização necessária, contribuíram igualmente para que as denominações étnicas e geográficas perdessem sentido, tanto mais que o recrutamento local e o tipo de acções habitualmente atribuídas aos *auxilia*, em grande parte de policiamento e de guarnição, por vezes com prolongadas atribuições a uma determinada região, contribuíram para esse processo de apagamento do factor regional original.

O alargamento da cidadania romana através da *Constitutio Antoniniana*, em 212, teve igualmente impacto negativo sobre o princípio básico do recrutamento das forças auxiliares, até então reservadas aos *peregrini*, facilitando a progressiva barbarização de grande parte do exército romano, desaparecido o principal incentivo oferecido pelo serviço auxiliar, a concessão da cidadania²⁸. Esta circunstância terá sido ainda mais gravosa atendendo a que, como defende Francisco Martín, o recrutamento dos *auxilia* na Lusitânia não terá sido uma prática desenvolvida nas regiões mais atrasadas, antes parece ter preferido áreas influenciadas pelos progressos da urbanização²⁹, tanto mais que o número de unidades activas era relativamente limitado.

No Egipto, em especial durante o Alto Império, as unidades auxiliares, na maior parte mistas, dispendo de infantaria e cavalaria, pelo menos a partir de determinado momento, exerceram funções de

27 Bohec 1990: 97-103.

28 Petit 1967: 278-279.

29 Francisco Martín 1996: 158-159.

polícia e de guarnição³⁰. Entre elas encontram-se as *cohortes* lusitanas identificadas através das fontes escritas e arqueológicas, nem sempre de forma satisfatoriamente clara, como acontece com a *Cohors I Lusitanorum* em relação à *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata*. Ainda assim, dois argumentos favorecem a possibilidade de se tratar do mesmo corpo: a área do Egito onde ocorre a maior parte dos testemunhos conhecidos e o facto de a *Notitia Dignitatum*, documento do século V que transmite a ordem de batalha das forças romanas no final do século anterior³¹, incluir apenas, entre as tropas auxiliares atribuídas ao sul do Egito, invulgarmente numerosas no documento, a *Cohors I Lusitanorum*, estabelecida em *Theraco* (Kom el-Ahmar),³².

A existência de várias unidades auxiliares com designações semelhantes, ou incompletas, nos documentos dificulta com frequência traçar-lhes o historial e a evolução no terreno, tanto mais que, para além do campo principal, os seus efectivos se dispersavam por destacamentos instalados em fortes (*praesidia*) ou torres de vigia (*skopelarioi*), em parte presentes como estações nos roteiros viários da Antiguidade. Não desejamos desenvolver neste momento uma análise exaustiva do problema da identificação das referidas unidades, que a abundante e variada documentação egípcia, apesar de tudo, nem sempre permite resolver de forma inquestionável. Assim sucede, por exemplo, com o chamado *Brooklin Pridianum*, documento proveniente de Elefantina, na fronteira meridional egípcia, redigido entre 213 e 216, atribuído por alguns investigadores à coorte lusitana que referimos acima³³, que se sabe ter estacionado prolongadamente no sul do Egito, onde teve um destacamento em *Apollonopolis Magna* (Edfu), uma centena de quilómetros a norte de Assuão. Não é impossível, porém, que se trate de

30 Bohec 1990: 184-185, 189.

31 Seeck 1876; Neira Faleiro 2005.

32 *Not.Dig.Or.*31.58.

33 Thomas e Davies 1977: 50-61; Stauner 2004: 108-110.

um documento da *Cohors I Flavia Cilicum*, a qual tinha características idênticas às da unidade lusitana³⁴.

O segundo documento do mesmo tipo achado no Egito, perto de Fayum³⁵, na antiga *Arsinoe* (BGU 696), um pouco anterior, pois está claramente datado de 156, pertence à *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata*, como veremos em seguida. O *pridianum* era um relatório militar descrevendo o estado da unidade no final de cada ano, indicando a constituição dos efectivos, as baixas e o movimento de pessoal, bem como o dispositivo da força no terreno. Os *pridiana* no Egito terão sido redigidos duas vezes por ano³⁶. O que fica dito é suficiente para sublinhar a importância excepcional de tais documentos, infelizmente raros³⁷, pelo que passamos imediatamente a resumir o que se conhece da *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata*, cujo nome indica ter sido uma unidade mista de infantaria e cavalaria³⁸.

A denominação oficial da unidade sugere que terá sido formada após uma campanha ou viagem imperial, a partir de um destacamento da Guarda Pretoriana que serviu de núcleo original, talvez no período júlio-cláudio ou flaviano, quando se constituíram muitas das unidades auxiliares hispânicas. A primeira referência que lhe encontramos, através de um documento de ano 86, situa-a na Judeia (*CIL XVI 33*), no principado de Domiciano, o que sugere a sua participação nas operações conduzidas por Vespasiano e Tito naquela região, no âmbito da supressão da Grande Revolta³⁹. Provavelmente foi destacada para o Egito no principado de Trajano⁴⁰, talvez em 105, por altura da anexação do Reino Nabateu, que provocou alterações geoestratégicas na

34 Bennett 2011: 265-267.

35 Fink 1942: 61-67.

36 Phang 2008: 207-208.

37 Gellérfi 2011: 102-105. O autor atribui erradamente BGU 696 à Síria.

38 Santos Yanguas 1979: 182-187.

39 Mason 2016.

40 Holder 2006: 151.

região do sector setentrional do Mar Vermelho⁴¹, substituindo a *Cohors I Hispanorum*, enviada para a Judeia. A história posterior da unidade mostra uma certa ligação com a *Legio II Traiana Fortis*, destacada para o Egipto em 125, o que permite, por hipótese, considerar a participação da coorte na Segunda Guerra Dácia, terminada em 106, para a qual a referida legião fora recrutada.

Em 111 a *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata*, ou destacamentos seus, esteve empenhada na Núbia, em *Talmis* (Kalabsha), ocupada com trabalhos de demarcação da fronteira⁴². Em 131 a unidade rendeu a *Cohors I Thracum* no campo de *Contrapollonopolis Maior* (Resediyah), que provavelmente se manteve até aos finais do século III como seu campo principal⁴³. O *pridianum* de 156, referente ao final do ano anterior, informa-nos do estado da unidade, comandada por *M. Iulius M. f. tribu Quir. Silvanus*, um oficial natural de *Thubursica*, na Numídia, pela primeira vez investido no comando de uma coorte. De acordo com o documento a unidade contava com 114 cavaleiros, 19 condutores de dromedários e 363 infantes, ou seja, um total de 505 militares, a que devemos acrescentar os decuriões e os centuriões.

Quatro anos depois, em 160, vamos encontrar a força ou, mais provavelmente, um seu destacamento, em *Syene* (Assuão), junto à primeira catarata⁴⁴, enquanto uma inscrição votiva habitualmente atribuída ao templo de El-Kanais, não muito longe de Edfu e onde existiu um fortim (Fig.3), a qual será de *Contrapollonopolis Maior*, sugere a sua continuidade na região, inclusive no forte de *Didymoi* (Khashm el-Minayh), local de achamento de um tijolo com o que parece ser uma minuta da mesma inscrição, na qual o soldado de infantaria *Vettius Crispinus* lembra o cumprimento de um voto em virtude de um sonho⁴⁵. No final do século

41 Sidebotham 1986: 148-174.

42 Du Bois 2015: 281-283.

43 Maxfield 2000: 419-420.

44 Du Bois 2015: 282.

45 Cuvigny 2001: 153-157.

III, sob Diocleciano, a coorte deslocou o campo para uma nova fortificação levantada em *Hierakonpolis* (Kom-el-Ahmar), 16 quilómetros a norte de *Contrapollonopolis Maior*, mas agora na margem oriental do Nilo. Esta localização, que parece lógica atendendo à área habitual de intervenção da unidade, nem sempre é aceite, pois a referência na *Notitia Dignitatum* situa o aquartelamento em *Theraco*⁴⁶, que alguns investigadores identificam com outra *Hierakonpolis* (Deir-el-Gabrawi), onde se encontrou uma inscrição de 288 referindo a unidade (CIL III 22).



Fig. 3

Seja como for, se a coorte se encontrava sob a autoridade do *Dux Thebaidos*, como pretende a *Notitia*, tal facto indicia a permanência no Alto Egipto. Atendendo a que a força guarnecia vários fortes e que o célebre *pridianum* também foi achado longe de *Contrapollonopolis*, podemos admitir uma circunstância semelhante, sem esquecer a possibilidade de mudanças no dispositivo romano, de acordo com a situação militar, seguramente diferente no Baixo-Império. Investigações recentes alargaram significativamente o número de fortes onde se conhece ou pode deduzir, com segurança, a presença de elementos da *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum* ao longo da sua acção no Egipto⁴⁷.

46 Not. Dig.Or.31.56; Faleiro 2005 : 254 ; Van Der Vliet 2015: 162-165.

47 Brun 2015: 487-505.

Um desses fortes é o de *Dios* (Bir Abu Qreyia), ponto de água (*hydreuma*) e posto de correio na importante pista de caravanas entre *Koptos* (Qift) e *Berenike* (Medinet-al-Haras), sucessor de um forte anterior provavelmente com o mesmo nome, a cerca de seis quilómetros (Bir Bayza), construído em 76 e abandonado na época de Trajano.

O forte de *Dios* (Fig.4), como é chamado nos *ostraka*, conheceu uma primeira fase de actividade entre 115 e 150, sofrendo uma renovação profunda provavelmente na época de Caracala, início de uma ocupação que durou até cerca de 270, com alguma utilização secundária posterior. É um forte de arquitectura idêntica à de muitos outros na região, de planta quadrangular (59x53m), com um pátio central, casernas, termas, pequeno santuário (*aedes*), cisternas e poço, elemento fundamental denunciado em muitas destas ruínas pelo vocábulo árabe *Bir*. Apesar do santuário do forte primitivo ter sido destruído nas obras de renovação⁴⁸, sobreviveu uma inscrição consagrada a *Zeus Helios Megas Sarapis* pelo provável construtor do forte, *M. Antonius Celer*, arquitecto da *Cohors I Lusitanorum*.

108

O monumento, uma placa bem paginada, redigida em língua grega, idioma vulgarmente utilizado pelas guarnições no Egipto, denota alguma influência latina,⁴⁹ constituindo um dos documentos mais interessantes que nos ficou desta unidade militar e dos fenómenos de aculturação característicos do mundo romano oriental, onde os sincretismos tiveram um papel essencial na construção de uma identidade comum (Fig.5). Julgamos que a forma abreviada da designação da coorte deve ser considerada normal, ocorrendo noutras situações. A onomástica do dedicante, encontra-se bem representada na Lusitânia⁵⁰, pois em Santarém identificou-se um *Q. Antonius M. f. Gal. Celer* (CIL II 328), pertencente a uma família olisiponense. Atendendo ao local do

48 Redée 2015: 38-46.

49 Cuvigny 2010a: 250-251.

50 Navarro Caballero e Ramírez Sádaba 2003: 91-92, 138-139.

achado, a colónia escalabitana, de onde se conhecem outros militares⁵¹, não queremos deixar de sugerir um eventual parentesco com o arquitecto da coorte.



Fig. 4



Fig. 5

Seja como for, a regionalização da unidade desde que foi deslocada para o Egito reflecte-se na documentação conservada, com destaque para papiros e *ostraka* provenientes dos fortes onde estacionou, facultando uma onomástica onde, a par de alguns nomes latinos, predominam

51 Mantas 1993: 486-487.

nomes gregos e egípcios, estes últimos aparentemente à margem do pessoal combatente⁵².

Nunca será de mais sublinhar a riqueza da documentação escrita disponível para o estudo do exército romano e das suas relações com a população egípcia, permitindo, sem muito esforço, traçar o quotidiano destas guarnições, cujas missões principais consistiam no controlo das grandes pistas entre o Nilo e o Mar Vermelho, conduzindo aos portos de *Myos Hormos* (Quseir al-Qadim) e de *Berenike*, pontos fortes do comércio com o Índico⁵³, e no policiamento da região, desértica mas rica em ouro, gemas e onde se localizavam importantes pedreiras. A presença da coorte ou de um seu destacamento está, por exemplo, atestada em 131 nas pedreiras de Wadi Semna, na região de *Syene*⁵⁴. A militarização destas vias, estabelecida sob os flávios com grande disponibilidade de meios, assentou num dispositivo constituído por estabelecimentos militares a espaços regulares, controlando os pontos de água, ao serviço da segurança dos viajantes e das mercadorias e do bom funcionamento do correio oficial, viagens em parte efectuadas durante a noite, para evitar os rigores diurnos da travessia do deserto⁵⁵.

A região dependia do *Praefectus Montis Berenicidis*, cargo com jurisdição civil e militar de que se conhecem vários detentores. Um deles, *L. Antistius Asiaticus*, deixou memória na célebre *Tarifa de Coptos*, uma estela datada de 90, com um longo texto em língua grega determinando os valores a pagar pela utilização da estrada entre *Coptos* e *Berenice*⁵⁶, cujo percurso levaria em condições normais 10 a 12 dias.

O texto permite vislumbrar o diversificado movimento entre o Nilo e o Mar Vermelho, cujo controlo ocuparia grande parte do tempo dos militares estacionados na região. A tarifa permite ainda descortinar um

52 Bagnal 1976: 1-21; Cuvigny 2012.

53 Peacock e Blue 2006; Sidebotham 2012; Tomber 2012: 201-215.

54 Maxfield 2001: 152.

55 Bagnal 1976: 34-39.

56 Burkhalter 2002: 199-233.

pouco da vida das guarnições nos fortes do deserto, onde as diversões não eram muitas e as licenças rigorosamente controladas, como se deduz da documentação conhecida. Muitos investigadores se interrogaram já sobre a exorbitante taxa paga pelas cortesãs, 108 dracmas, contra, por exemplo, 20 dracmas pagos por um capitão de navio. Embora haja várias tentativas de interpretação para esta diferença⁵⁷, cremos que a única explicação realista é a de que as prostitutas constituíam um excelente negócio para os seus agentes, que as alugavam às guarnições dos fortes, por contracto, prática bem documentada na região⁵⁸.

A *Cohors I Lusitanorum* ocorre, entre 105 e 288, em 16 documentos⁵⁹, a que certamente devemos somar outros surgidos recentemente, não havendo razão, quando se trata de testemunhos registados no Egipto, para duplicar a unidade. Cremos que a sua inclusão na ordem de batalha das forças romanas nos finais do século IV representa a última referência à unidade, admitindo que ainda existia por essa altura. A *Notitia Dignitatum* indica entre a guarnição da Tebaida três unidades dotadas de dromedários, a *Ala Tertia Dromedariorum*, a *Ala II Herculia Dromedariorum* e a *Ala I Valeria Dromedariorum*, referência que a unidade dita lusitana não inclui. Cremos que o pequeno número de *dromedarii*, ou *dromadarii*, pertencentes à coorte, 19 incluindo o recruta mais recente, de acordo com o *pridianum*, explica esta circunstância, tanto mais que as outras unidades são *alae*, o que subentende uma utilização táctica diferente de uma *cohors equitata*.

O recurso a dromedários para fins militares está documentado no Oriente, ainda que as funções atribuídas nem sempre sejam claras. Em *Dura-Europos*, na fronteira do Eufrates, a *Cohors XX Palmyrenorum* contava, no século III, com três dezenas de *dromedarii*, número também reduzido. Na verdade, apenas mais uma unidade é referida como as do Egipto, a

57 Charles-Picard e Rougé 1969: 224-227; Asakura 2003: 74-75.

58 Cuvigny 2010b: 159-166.

59 Du Bois 2015: 281.

Ala Antiana Dromedariorum, na Palestina⁶⁰, o que parece confirmar uma limitada utilização bélica para os dromedários, ainda que as forças de *Palmira* (Tadmor) os possuíssem numerosos, sem que tivesse ficado registo positivo, ao contrário da cavalaria, nas batalhas que opuseram as forças de Zenóbia às tropas de Aureliano⁶¹. A sua função em *Palmira* foi essencialmente a de patrulhar as pistas mercantis, sobretudo a linha de etapas entre a cidade e o Eufrates, semelhante às estradas egípcias que referimos. O exército romano no Oriente, quando necessitava de dromedários para transporte (Fig.6), uma das funções principais que lhes foi atribuída, podia requisitar ou fretar os animais necessários⁶².



Fig. 6

Que faziam, então, os *dromedarii* da coorte lusitana, pagos com um soldo intermédio entre o dos infantes e dos cavaleiros? A exemplo de outras situações mais recentes, como os corpos mearistas franceses no Norte de África e na Síria, ou o *Camel Corps* da Jordânia (Fig.7), ainda activo⁶³, pensamos que a sua acção com a coorte consistia principalmente em patrulhar regiões desérticas onde os poços rareavam, dificultando

60 *Not.Dig.Or.*34.33 (*Ala Antiana?*).

61 Dowey 1950: 57-58.

62 Lightfoot 1981: 333-335.

63 Khouri 1980: 2-7.

o uso da cavalaria, efectuando pontuadas a partir das pistas onde se situavam os fortes, ou actuando como batedores.

Outra missão que certamente desempenharam foi a de estabelecer a ligação entre os destacamentos e garantir a circulação das mensagens⁶⁴. O problema da água deve ser aqui considerado como central, o que talvez se reflecta na *Tarifa de Coptos* nas diferenças entre a taxa para dromedários, de um óbolo, e a taxa para burros, a dobrar, embora a capacidade de carga dos dromedários fosse muito maior⁶⁵. Desta forma cremos que a função militar dos *dromedarii* na unidade fosse de segunda linha, o que talvez explique a omissão da referência aos dromedários que a denominação das restantes unidades egípcias possui. O estudo cuidadoso da arquitectura dos fortes e da localização dessas unidades poderá contribuir para esclarecer se a sua função era de intervenção, como parece ter acontecido pontualmente no Egipto⁶⁶, idêntica à das unidades de cavalaria, ou não.



Fig. 7

Podemos imaginar o equipamento dos *dromedarii* a partir de representações em baixo-relevo, sobretudo da Síria. Embora se trate

64 Lightfoot 1981: 334.

65 Adams 2007: 80-81.

66 Lesquier 1938: 113-114, 37.

de iconografia religiosa, figurando divindades montadas em dromedários, não há dúvida quanto às características guerreiras das mesmas. O exército romano adaptou-se, de forma conveniente, aos diversos cenários onde foi chamado a intervir⁶⁷, adoptando com frequência o equipamento mais indicado, o que foi evidente entre unidades auxiliares empenhadas em ambientes especiais, como o deserto. Admitindo que se trata de combatentes, ou pelo menos, de milicianos armados, utilizariam o equipamento mais ligeiro dos cavaleiros, pequeno escudo redondo, espada longa e lança, tal como aparece num fruste monumento representando a divindade *Arsu* ou *Azizu* (Fig.8), proveniente de *Rhesaina* (Tell-Halaf), ou numa versão de vestuário indígena, próprio dos auxiliares, num relevo de *Dura-Europos*⁶⁸. Não esqueçamos que as unidades mearistas modernas também adaptaram o fardamento e equipamento à sua montada: o dromedário.

Assim, podemos considerar os *dromedarii* da *Cohors I Lusitanorum* como auxiliares recrutados localmente ou numa província próxima, Arábia ou Síria, cujas funções estariam directamente relacionadas com o pequeno número atribuído à unidade e com o conhecimento do deserto. É certo que a longa permanência dos militares em zonas onde o uso de dromedários era habitual e intenso pode ter possibilitado o seu treino na condução destes animais. Infelizmente não chegou até nós o nome de nenhum destes *dromedarii*. Não esqueçamos que a expansão do dromedário no Norte de África, concorrendo com o cavalo e suplantando-o nas grandes, e lentas, deslocações no deserto, se ficou a dever, em grande parte, aos romanos⁶⁹. Quanto ao seu uso em combate os dados conhecidos são mínimos; o que se sabe através das fontes bizantinas e árabes do Norte de África sugere para os dromedários funções semelhantes às que tiveram no Oriente, a que se acrescenta a

67 Dabrowa 1991: 364-366.

68 Cumont 1929: 30-35; Seyrig 1970: 77-83.

69 Demougeot 1960: 209-247.

de campo entrincheirado vivo⁷⁰. Na Lusitânia os documentos relativos a dromedários são raros, embora devamos lembrar o osso de camélido achado em *Conimbriga* (Condeixa-a-Velha) e o mosaico onde se representa um destes animais, na mesma cidade⁷¹, reflexos exóticos do grande mundo romano.



Fig. 8

Perante tudo isto parece difícil esperar encontrar lusitanos em número significativo entre os militares da *Cohors I Augusta Praetoria Lusitanorum Equitata* durante a maior parte do longo período de atribuição ao Egípto. Como explicar então a denominação étnica, desta e de outras unidades auxiliares? Fizemos já referência ao facto da denominação resultar da origem do recrutamento inicial, mantendo-se simbolicamente. Num império com tão grande diversidade étnica e cultural era necessário desenvolver a unidade em torno de uma ideia de comunidade de destino, na qual a religião, com destaque para o culto imperial, teve particular importância. Uma outra forma, talvez menos

70 Gautier 1952: 194-198.

71 Cardoso 1992: 181-187.

evidente, mas também reflexo da ideologia da romanidade universal, consistia na denominação das unidades auxiliares, imagem da diversidade do Império e de como todos contribuía para a sua grandeza. Por isso cremos que a atribuição de nomes étnicos a estas unidades e a sua manutenção constituiu mais um meio de promoção da paz ao serviço de todos e garantida por todos, sob égide imperial. O estudo que aqui apresentamos levou-nos a aflorar um assunto onde reencontrámos o ambiente de velhas leituras, como *A Atlântida*, de Pierre Benoit, evocadoras de outros tempos e de vividas memórias de vento e pó. Lusitanos ou não, sentimo-nos perto destes homens e da sua missão, considerando o estudo das unidades auxiliares e dos seus aquartelamentos um contributo importante para a história militar romana, sobretudo quando se trata da vida de guarnições isoladas num cenário de grandes espaços, retratada na ficção de Percival Wren em *Beau Geste* ou de Dino Buzzati em *O Deserto dos Tártaros*, vida que a copiosa documentação egípcia ilustra vigorosamente em todos os seus aspectos⁷².

BIBLIOGRAFIA

- Adams, C. (2007), *Land Transport in Roman Egypt. A Study of Economics and Administration in a Roman Province*. Oxford.
- Asakura, H. (2003), *Histoire mondiale de la Douane et des trafics Douaniers*. Bruxelas.
- Bagnall, R. (1976), *The Florida Ostraka. Documents from the Roman Army in Upper Egypt*. Durham.
- Bennett, J. (2011), “The regular Roman Auxiliar Regiments formed from the Provinces of Asia Minor”, *Anatolia* 37: 251-274.

⁷² Agradecemos cordialmente ao Dr. Luís Madeira a preparação das figuras deste artigo.

- Beltrán Lloris, F. (2011), “Et sola omnium provinciarum vires suas postquam victa est intellexit. Una aproximación a Hispania como referente identitario en el mundo romano”, in A. Caballos Rufino e S. Lefebvre, *Roma generadora de identidades: la experiencia hispana*. Madrid: 55-79.
- Braund, D. (1988), “Client Kings”, in D. Braund, *The Administration of the Roman Empire (241 BC-AD 193)*. Exeter: 69-96.
- Brun, J.-P. (2015), “Techniques et économies de la Méditerranée Antique”, *Annuaire du Collège de France* 114: 487-505.
- Burkhalter, F. (2002), “Le Tarif de Coptos. La douane de Coptos, les fermiers de l’apostolion et le préfet du désert de Bérénice”, *Topoi* (Suppl. 3): 199-233.
- Cardoso, J. (1992), “Um camelídeo de Conímbriga”, *Conimbriga* 31: 181-187.
- Casson, L. (1995, 2ª ed.), *Ships and Seamanship in the Ancient World*. Baltimore.
- Charles-Picard, G. e Rougé, J. (1969), *Textes et documents relatifs à la vie économique et sociale dans l’Empire romain*. Paris.
- Cumont, F. (1929), “Un dieu syrien a dos de chameau”, *Syria* 10 (1): 30-35.
- Cuvigny, H. (2001), “Un soldat de la Cohors I Lusitanorum à Didymoi: du nouveau sur l’inscription I. Kanais 59 bis”, *Bulletin de l’Institut Français d’Archéologie Orientale* 101: 153-157.
- Cuvigny, H. (2010a), “The Shrine in the praesidium of Dios (Eastern Desert of Egypt)”, *Chiron* 40: 245-299.
- Cuvigny, H. (2010b), “Femmes tournantes: remarques sur la prostitution dans les garnisons romaines du désert de Bérénice”, *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 172: 159-166.
- Dabrowa, E. (1991), “Dromedarii in the Roman Army: a note”, in *Proceedings of the XVth International Congress of Roman Frontier Studies*. Exeter: 364-366.
- Cuvigny, H. (ed.) (2012), *Didymoi : une garnison romaine dans le désert orientale d’Égypte*. 2. Les textes. Cairo.
- Demougeot, E. (1960), “Le chameau et l’Afrique du Nord romaine”, *Annales. Economies, Sociétés, Civilisations* 15 (2): 209-247.

- Dowey, G. (1950), "Aurelians Victory over Zenobia", *Transactions and Proceedings of the American Philological Association* 81: 57-68.
- DuBois, M. (2015), *Auxilla. A compendium of Non Legionary Units of the Roman Army*. Raleigh (NC).
- Fink, R. (1942), "Mommsen's Pridianum: B.G.U. 696", *The American Journal of Philology* 63 (1): 61-71.
- Fontanella, F. (2008), "The Encomium on Rome as a response to Polybius' doubts about the Roman Empire", *Columbia Studies in the Classical Tradition* 33: 203-216.
- Francisco Martín, J. (1996, 2ª ed.), *Conquista y romanización de Lusitania*. Salamanca.
- Gautier, E.- F. (1952), *Le passé de l'Afrique romaine. Les siècles obscurs*. Paris.
- García y Bellido, A. (1957), "Alas y Cohortes españolas en el ejército auxiliar romano de la época imperial", *Revista de Historia Militar* 1: 23-49.
- García y Bellido, A. (1966), "Los elementos lusitanos en el ejército romano", *Arqueología e História* 1: 157-172.
- Gellérfi, G. (2011), "Information Management Through Elementary Data Clusters. New Observations in Pridianum-Type Roman Statistical Documents", in G. Giannakopoulos e D. Sakas (eds.), *Advances on Information Processing and Management*. Atenas: 102-105.
- Grimal, P. (1989), *A civilização romana*. Lisboa.
- Haynes, I. (2013), *Blood of the Provinces: The Roman Auxilia and the Making of Provincial Society from Augustus to the Severans*. Oxford.
- Holder, P. (2006), "Auxiliary Deployment in the Reign of Trajan", *Dacia* (N.S.) 50: 141-174.
- Kennedy, D. (1977), "The Ala I and Cohors I Britannica", *Britannia* 8: 249-255.
- Khouri, R. (1980), "The Last Patrol", *Aramco World* 31 (3): 2-7.
- Le Bohec, Y. (1990, 2ª ed.), *L'armée romaine*. Paris.
- Le Roux, P. (1982), *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409*. Paris.

- Lesquier, J. (1918), *L'armée romaine d'Égypte d'Auguste à Dioclétien*. Cairo.
- Lightfoot, C. (1981), *The Eastern Frontier of the Roman Empire with Special Reference to the Reign of Constantius II*. Oxford (dissertação policopiada).
- McLaughlin, R. (2014), *The Roman Empire and the Indian Ocean*. Barnsley.
- Mantas, V. G. (1993), “As fundações coloniais no território português nos finais da República e inícios do Império”, in *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*. Coimbra: 467-500.
- Mantas, V. G. (2013), “Império, cultura e romanidade”, in J. Corrêa-Cardoso e M. C. Fialho (coords.), *Romanística Um*. Coimbra: 9-38.
- Mason, S. (2016), *A History of the Jewish War, A.D. 66-74*. Nova Iorque.
- Maxfield V. (2000), “The Deployment of the Roman Auxilia in Upper Egypt and the Eastern Desert during the Principate”, in E. Birley e G. Alföldy, *Kaiser, Heer und Gesellschaft in der römischen Kaiserzeit*. Estugarda: 407-444.
- Maxfield, V. (2001), *Economics Beyond Agriculture in the Classical World*. Londres-Nova Iorque.
- Navarro Caballero, M. e Ramírez Sádaba, J. (eds.), (2003), *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida-Bordéus.
- Neira Faleiro, C. (2005), *La Notitia dignitatum. Nueva edición crítica y comentario histórico*. Madrid.
- Nesselhauf, H. (1959), “Das Bürgerrecht der Soldatenkinder”, *Historia* 8 (4): 434-442.
- Parker, S. (1991), “The nature of Rome’s Arabian frontier”, *Proceedings of the XVth International Congress of Roman Frontier Studies*. Exeter: 498-511.
- Peacock, D. e Blue, L. (eds.), (2006), *Myos Hormos - Quseir al-Qadim: Roman and Islamic Ports of the Red Sea*. Oxford.
- Petit, P. (1967), *La paix romaine*. Paris.
- Phang, S. (2008), *Roman military Service. Ideologies of Discipline in the Late Republic and Early Principate*. Cambridge.
- Pina Polo, F. (2010). “El Periplo del Mar Eritreo y la presencia romana en el Índico”, in F. Marco Simón, F. Pina Polo e J. Remesal Rodríguez (eds.), *Viajeros, Peregrinos y Aventureros en el Mundo Antiguo*. Barcelona: 101-113.

- Reddé, M. (2015), "The Layout of a Military Shrine in Egypt's Eastern Desert", in A. Tanas (ed.), *Ad Fines Imperii Romani*. Varsóvia: 38-46.
- Roldán Hervás, J. M. (1971), *Hispania y el ejército romano. Contribución a la historia social de la España Antigua*. Salamanca.
- Roxan, M. (1997), "An Auxiliary Fleet Diploma of Moesia Inferior: 127 August 20", *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik* 118: 287-299.
- Schwartz, J. S. (1976), "Palmyre et l'opposition à Rome en Égypte", in E. Frézouls (ed.), *Palmyre. Bilan et perspectives*. Estrasburgo: 134-151.
- Santos Yanguas, N. (1979), "Las cohortes lusitanorum en el ejército romano", *Conimbriga* 18: 171-202.
- Seek, O. (1876), *Notitia Dignitatum: accedunt notitia urbis Constantinopolitanae et laterculi provinciarum*. Berlim.
- Seyrig, H. (1970), "Les dieux armés et les Arabes en Syrie", *Syria* 47 (1-2): 77-116.
- Sidebotham, S. (1986), *Roman Economics Policy in the Erythra Thalassa*. Leida.
- Sidebotham, S. (2012), *Berenike and the Ancient Maritime Spice Route*. Berkeley - Los Angeles.
- Stauner, K. (2004), *Das Offizielle Schriftwesen des römischen Heeres von Augustus bis Galienus*. Bona.
- Thomas, J. e Davies, R. (1977), "A new military strength report on papyrus", *Journal of Roman Studies* 67: 50-61.
- Tomber, R. (2012) "From the Roman Red Sea to beyond the Empire: Egyptian ports and their trading partners", *British Museum Studies in Ancient Egypt and Sudan* 18: 201-215.
- Van Der Vliet, J. (2015), "Snippets from the Past. Two Ancient Sites in the Asyut Region: Dayr al-Gabrawi and Dayr al-Izam", in G. Gabra e H. Takla (eds.), *Christianity and Monasticism in Middle Egypt*. Cairo: 161-168.
- Wheeler, E. (2007), "The Army and the Limes in the East", in P. Erdkamp (ed.), *A Companion to the Roman Army*. Malden: 235-266.

LEGENDAS DAS FIGURAS

Fig. 1 - Mapa do Egipto romano com localização dos principais testemunhos da *Cohors I Lusitanorum*.

Fig. 2 - Inscrição do porta-estandarte *Tongius*, provavelmente de Idanha-a-Velha (foto MNA).

Fig. 3 - Porta nas ruínas do pequeno fortim romano de El-Kanais.

Fig. 4 - Planta do forte de *Dios*, na estrada *Coptos-Berenice* (apud J.-P. Brun).

Fig. 5 - Inscrição do arquitecto *M. Antonius Celer*, achada no forte de *Dios* (apud H. Cuvigny).

Fig. 6 - Dromedários na Coluna de Arcádio, em Constantinopla (gravura de Melchior Lorck, 1559).

Fig. 7 - Paramilitares jordanos da *Desert Patrol* numa cerimónia em 1946.

Fig. 8 - Relevo de *Rhesaina* figurando uma divindade armada montada num dromedário (apud F. Cumont).